

...porque foi assim! (notas sobre a explicação em diacronia)

Maria Teresa Brocardo

ABSTRACT

Some traditional linguistic studies were characterized by relying on the past in order to 'explain' the present (in very general and perhaps oversimplifying terms). In these studies it was sometimes claimed that only a diachronic approach could account for synchronically observable phenomena. Conversely, in different developments of historical linguistic work, like those in the area of sociolinguistics, the importance of studying synchronic variation was emphasised as a means to better understand past concluded changes. As known, different (not specifically diachronic) frameworks of modern linguistics test their hypotheses against historical data (as well as against data from variation and linguistic diversity) in order to support explicative proposals. In this paper I shall briefly review some key authors (e. g. R. Lass and W. Labov) that have referred to the question of 'explanation' in historical linguistics and I shall present some examples from Portuguese, in order to survey topics like: what is or is not explainable - language change or a specific (observed type of) change?; different types of proposed 'explanations' (e. g. internal vs. external, causal vs. non causal). The objective of these brief notes is to evidence the need for a complementation between the synchronic and diachronic approaches of linguistic phenomena.

Era uma vez... ou o passado para 'explicar' o presente

Invocar o passado para 'explicar' o presente corresponde (em termos muito gerais e eventualmente de forma simplista) a um tipo de abordagem que caracterizou alguns estudos linguísticos tradicionais. Neles se pretendia (explícita ou implicitamente) que apenas a diacronia permitiria dar conta de fenómenos sincronicamente observáveis, entre os quais as chamadas irregularidades sincrónicas. Assim, por exemplo, a alomorfa do radical

(alternância da consoante final do radical) de um verbo como *fazer* (cf. *fa[s]o, fa[z]es, fa[ʃ]*) pode ser explicada como resultando de mudança (na verdade, de mudanças fonológicas ocorridas em diferentes fases de formação da língua) a partir das formas que lhe estiveram na origem e nas quais a referida irregularidade não ocorria (*fa[k]io, fa[k]is, fa[k]it*).

Uma perspectiva semelhante pode ser adoptada para dar conta da variação sincronicamente observável. Assim, por

exemplo, pode ir-se além da simples constatação da ocorrência, em português, de variantes com *haver* ou *ter* para a expressão de existência (cf. *Há pais que dão tudo aos filhos* (PE) / *Tem muita gente aqui* (PB)) traçando o percurso da competição entre os referidos verbos na história da língua, nos seus vários funcionamentos. E, já agora, notando que nas fases mais antigas competiam com *haver* existencial formas derivadas de ESSE, que apenas subsistem em expressões fixas como *Era uma vez...*

Também a comparação entre línguas diferentes pode ser praticada tendo em vista o estabelecimento de relações diacrónicas, quer se trate de parentesco atestado, como, por exemplo, no caso de estudos sobre a família românica, quer se pretenda formular e testar hipóteses sobre relações mais remotas, como acontece na reconstrução. Exemplificando para o primeiro caso, as diferenças entre o português e o francês para exprimir negação em frases como *Não vi nada* / *Je n'ai rien vu* decorre de diferentes alternativas a partir de uma mesma expressão latina (RE(M) NATA(M)) que adquiriu sentido negativo. Em suma, o passado é, nos casos brevemente exemplificados, a 'explicação' do presente, ou, se quisermos, os fenómenos que ocorrem

em sincronia, quer se trate de fenómenos intralinguísticos, quer se trate da própria diversidade linguística, decorrem da diacronia.

O presente para 'explicar' o passado?

Mas, como é sabido, os estudos linguísticos que atribuem à vertente diacrónica uma importância fulcral também podem fazer uso de dados do presente para procurar 'explicação' sobre o passado, cujos dados não são directamente acessíveis, observáveis ou manipuláveis. Por exemplo, em dialectologia é frequentemente sublinhado que a variação sincronicamente observável pode fornecer dados sobre estados anteriores da língua, e nessa perspectiva tem lugar de relevo a observação de comunidades linguísticas mais conservadoras, que em princípio evidenciarão a preservação de formas e estruturas perdidas noutras variedades. Se não se encontra, em rigor, no presente a 'explicação' do passado, este pode, de algum modo, ser recuperado, sobretudo se forem desenvolvidas metodologias adequadas de recolha de dados da variação, que eventualmente permitirão complementar e controlar ou ser controlados por dados baseados em outros tipos de fontes (como fontes escritas, primárias e secundárias, quando existem).

Outro tipo de abordagens genericamente caracterizáveis como variacionistas foram desenvolvidas em linguística histórica na linha da sociolinguística laboviana, nela se tendo desenvolvido novas teorias e metodologias. A ideia chave destas perspectivas era a de observar, em tempo real ou em tempo aparente, mudanças em curso, dessa observação pretendendo formular generalizações sobre padrões de expansão da mudança, eventualmente extrapoláveis depois para o estudo de mudanças ocorridas no passado. A suposta observação da mudança, ou da sua expansão nas comunidades linguísticas, naturalmente incidiria já, ao contrário dos estudos dialectais tradicionais, em grupos linguisticamente inovadores. Também aqui, portanto, poderíamos falar do presente para 'explicar' o passado, no sentido em que a inacessibilidade deste poderá ser ultrapassada através de métodos que partem da observação do presente. Um princípio de uniformidade ('uniformitarian principle') assim definido: «knowledge of processes that operated in the past can be inferred by ongoing processes in the present.» (Christy 1983, cit. Labov 1994: 21) tem suporte nas uniformidades da base biológica da linguagem, mas terá de lidar com o problema crucial da não

uniformidade dos aspectos genericamente caracterizáveis como sociais do funcionamento das línguas, aqueles que, em princípio, condicionarão de modo mais evidente a forma como as mudanças linguísticas se expandem.

Explicar a mudança - fora ou dentro do linguístico?

A noção de explicação, ou de adequação explicativa é, como já foi observado, extremamente variável em linguística (como noutras disciplinas científicas), naturalmente decorrendo do que num dado enquadramento teórico se aceita como tal. A questão é complexa e o seu desenvolvimento estaria muito para além das minhas competências. Limito-me, por isso, a algumas referências e exemplos. Roger Lass enumera alguns tipos canónicos ou conceptuais de explicação, entre os quais as «genetic or historical explanations» que simplesmente define como baseando-se no conhecimento relativo a dados cronologicamente anteriores a um dado estado de língua e que o terão determinado (Lass 1997: 327).

No tipo de abordagem a que antes me referi, W. Labov decididamente define como condição para definir adequação explicativa, para uma teoria da

mudança, o estabelecimento de uma relação com o não linguístico: «To explain a finding about linguistic change will mean to find its causes in a domain outside of linguistics: in physiology, acoustic phonetics, social relations, perceptual or cognitive capacities. A set of propositions that relate general findings about language change to general properties of human beings or of human societies will certainly deserve to be called a theory of language change.» (Labov 1994: 5). Mas vejamos, numa perspectiva completamente diferente, um exemplo, de resto bem tradicional, da procura de 'explicações' dentro do linguístico. Para a alternância do timbre da vogal tónica observável em português em casos como *p[o]vo* / *p[ɥ]vos* (PÖPULU(M) / PÖPULOS), encontramos numa gramática histórica a seguinte explicação: «A pronúncia do *o* final se tornou [u] em data precoce (...). Esse extremo fechamento da vogal final aumentou seu efeito assimilador sobre a vogal tónica. (...) o *o* do final *-os* não admitiu essa pronúncia fechada até depois do tempo de acção da metafonia; por conseguinte, o final *-os* não tinha nenhum efeito sobre a vogal tónica.» (Williams 19753: §100). Mas se pensarmos num exemplo como *[o]lho* /

[ɥ]lhos, em que, sincronicamente, se verifica exactamente o mesmo fenómeno, a explicação será já outra: «O [o] de *olho* é devido à palatal (...) e o [ɥ] do plural *olhos* se desenvolveu pela analogia com os substantivos em que a metafonia ocorreu no singular. (ibid.).» Temos, portanto, um primeiro passo que nos fornece a identificação do tipo de mudança envolvido, neste caso a explicitação dos factores linguísticos condicionantes, que serão de ordem fonológica num caso (metafonia) mas não no outro (analogia). A informação do gramático permite-nos, pois, estabelecer que a alternância devida a mudança fonológica, como a do primeiro exemplo, terá sido reanalisada como alternância morfofonológica (visto que ocorre em palavras morfológicamente relacionadas) só assim se explicando a sua expansão, por analogia, a formas em que a metafonia não actuou. Uma hipótese de explicação possível para essa expansão da alternância, ou seja, para a mudança normalmente caracterizada como analógica, pode talvez encontrar-se numa das famosas 'leis' de Kuryłowicz (19952: 127) sobre analogia, segundo a qual a marcação complexa de categorias gramaticais tende a substituir uma marcação simples, ou seja, haveria uma

preferência por uma marcação mais 'overt' (de acordo com a interpretação da referida lei em McMahon 1994: 77). O que pretendo aqui sublinhar é que considerar uma generalização deste tipo poderá constituir já um avanço, pelo menos em relação à descrição estrita de Williams, se entendermos que podemos falar de 'explicação' quando se atinge a «description of a phenomenon as an example of a more general phenomenon.» (Heine 1994, cit. Lass 1997: 331).

Problemas!

Mas será a referida generalização, em concreto, adequada para dar conta de casos semelhantes? Na verdade, há vários problemas que não podem ser escamoteados.

Por um lado, há contra-exemplos assinalados intra e interlinguisticamente. Em português, embora a tendência mais geral pareça ter sido a da expansão da alternância vocálica a formas sem metafonía, ela nem sempre se verifica (cf. formas sem alternância como *rolo(s)*, *globo(s)*, apesar das hesitações dos falantes em *acordo(s)*, por exemplo). Como já foi sublinhado, a tendência para a extensão de alternâncias originadas por metafonía verifica-se na história de algumas

línguas, como o alemão, mas não noutras, nomeadamente o inglês.

Por outro lado, a tendência assinalada aparentemente contraria outras generalizações, como uma tendência para a uniformidade, que também parece ter operado em português, embora em formas com vogais diferentes. Cf.: «Em alguns adjectivos com *ě* radical do latim clássico, a metafonía ocorreu no masculino singular e plural: *avesso(s)*, *ledo(s)* [e]. E o *e* do feminino singular e plural se fechou pela analogia com o masculino singular e plural: *avessa(s)*, *leda(s)* [e].» (Williams 19753: §126).

Resolução de conflitos

Facilmente se concluirá que, para dar conta de forma minimamente coerente de fenómenos como o exemplificado, sem escamotear (supostos) contra-exemplos e tendências contrárias, há que enquadrar a descrição / explicação num modelo adequado.

Cite-se, a título de exemplo, a *Morfologia Natural*, que pretende ter avançado para uma descrição / explicação mais sistemática e exaustiva das mudanças morfológicamente condicionadas. Neste quadro, a investigação em linguística histórica tem-se centrado em mudanças condicionadas por factores linguísticos, isto é, internos ou gramaticais

(“grammar-initiated change”), pressupondo uma dicotomia, admitidamente simplificada, entre origem e difusão da mudança e defendendo que os factores não linguísticos (sociais) só terão especial relevância na difusão da mudança, não na sua origem (Dressler 2003: 462).

Genericamente, a Morfologia Natural pretende que a mudança morfológicamente condicionada tenderá para um incremento de fenómenos morfológicos ‘mais naturais’ ou ‘menos marcados’, entendendo ‘naturalidade’ como um conceito relativo e não absoluto. A naturalidade relativa de um dado fenómeno é determinada por uma combinação de parâmetros gerais ou universais (iconicidade construcional, uniformidade e transparência) e parâmetros ‘language specific’ (a definir em função de uma criteriosa descrição das propriedades morfológicas de uma dada língua). Quanto mais natural for um dado fenómeno morfológico em relação a um dado parâmetro mais estável será, tendendo a resistir à mudança morfológica (mas não a mudança de outro tipo, fonológica ou sintáctica). O modelo prevê conflitos de naturalidade, quer entre diferentes níveis (naturalidade morfológica vs. naturalidade fonológica, por exemplo), quer entre diferentes parâmetros

morfológicos. Assim, a extensão da alternância vocálica na flexão nominal de número originada em formas com metafonia, como nos exemplos acima, poderá ser entendida como um caso em que um tipo de transparência (morfológica) prevalece sobre a uniformidade. Porém, o estatuto de formas deste tipo, em que uma categoria é marcada de forma redundante (no sufixo e no radical), não é perfeitamente claro na teoria. Alternâncias semelhantes às que ocorrem nos exemplos do português (embora diferentemente motivadas) foram caracterizadas como ‘menos do que maximamente icónicas’ (Wurzel 1989) ou ‘hiper-icónicas’ mas ‘marcadas’, i.e., não naturais, o que poderia representar um problema para o modelo, que prevê uma relação directa entre iconicidade construcional e naturalidade (Salmons 1994: 215). As hipóteses de explicação poderão, no entanto, passar pela interpretação dos fenómenos como resultantes de conflitos de naturalidade nos termos referidos. Essas hipóteses poderão ainda incluir a consideração de parâmetros de naturalidade específicos da língua (‘language-specific, system-dependent naturalness’, Dressler 2003: 468), por exemplo decorrentes do tipo de flexão preponderante, dos tipos de categorias marcados morfológicamente,

da frequência de ocorrência de formas, da dimensão dos paradigmas, etc., o que deverá permitir explicar as diferenças observadas interlinguisticamente.

Explicar o quê? Como?

Depois da exemplificação apresentada, cumpre determo-nos no que, afinal, pretendemos ser capazes de 'explicar'. Segundo Lass (1997: 325), «People have tried to explain why linguistic change should occur ever since they became aware of it. There are two major sub-issues: (a) why should any change at all occur? (...) (b) why should some particular observed (type of) change have occurred? Question (a) at present has no agreed-on technical answer (Though of course there are pseudodoxia like the common belief that change is due to human sloppiness and refusal to read grammar-books).»

Ironias à parte, estamos decididamente a procurar (apenas...) respostas à pergunta (b), ou seja, a procurar a explicação para uma mudança, não para a mudança. Assumir isso, seria, mesmo assim, apontar para a procura de uma explicação de um dado tipo, para o qual remete o 'porque' que no título deste texto propositadamente foi usado, ou seja, a causalidade, que implicitamente se associa à funcionalidade em modelos como o que foi referido.

Mas na verdade o que mais frequentemente se pratica em linguística histórica é, em concreto, a descrição de uma dada mudança e a identificação dos factores que a condicionaram, para depois procurar uma generalização adequada, necessariamente dentro de um dado modelo teórico, em consonância com a metodologia apropriada. E sempre, claro, identificando os problemas da (pretensa) explicação avançada. Sem problemas nunca teria havido avanços, em linguística histórica ou em qualquer outra disciplina.

Em jeito de conclusão, limito-me a transcrever o 'programa de trabalho' de April McMahon, defendendo uma interligação das perspectivas sincrónica e diacrónica nos estudos linguísticos, que espero ter conseguido de algum modo ilustrar acima. É, portanto, um princípio, não um fim:

«I shall be presenting synchronic and diachronic linguistics as inextricably linked, and adopting the view that studying language involves the examination and comparison of distinct language stages and systems, which may be profitably analysed using models and theories developed in synchronic studies; conversely, these models can be usefully tested against

historical data, and cannot be considered complete if they do not allow for the incorporation of change into the grammar. (...) understanding language change means understanding language better.» (McMahon 1994: 9, 10)

Referências bibliográficas

- Dressler, W. U. (2003) Naturalness and Morphological Change. In B. D. Joseph & R. D. Janda (eds) *The Handbook of Historical Linguistics*. Cambridge USA / Oxford UK: Blackwell, pp. 461-471
- Kuryłowicz, J. ([1945-1949] 1995) The nature of the so-called analogical processes. (La nature des procès dits ‘analogiques’ (Trad. de M. E. Winters) *Acta Linguistica* 5, Copenhagen, pp. 17-34,) *Diachronica* 12.1, pp. 113-145
- McMahon, A. M. S. (1994) *Understanding Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press
- Salmons, J. C. (1994) Umlaut and plurality in Old High German. Some problems with a Natural Morphology account. *Diachronica* 11, 2, pp. 213-229
- Williams, E. B. ([1939] 19753 (trad. port.) *Do latim ao português. Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro
- Wurzel, W. U. (1989) (trad. ingl.) *Inflectional Morphology and Naturalness*. Dordrecht: Kluwer